

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.385.938 - SP (2018/0277510-2)

AGRAVANTE : INDÚSTRIA DE PIANOS SCHWARTZMANN S/A
REPR. POR : JOSE MAURICIO PETRAGLIA SCHWARTZMANN
ADVOGADOS : JOAQUIM CARLOS PAIXÃO - SP027706
SILVINO DE MIRANDA MELO NETO E OUTRO(S) -
SP028268
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES
PROCURADOR : LUCIANO LIMA FERREIRA E OUTRO(S) - SP278031

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela INDÚSTRIA DE PIANOS SCHWARTZMANN S/A contra a decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, em face da decisão proferida pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementada, *in verbis*:

APELAÇÃO CÍVEL - Ação anulatória de adjudicação de imóvel - Decadência - Ocorrência - Ação intentada contra a Fazenda Pública - Aplicação do Decreto nº 29.310/32 - Prazo quinquenal que deve ser contado a partir da data da assinatura do auto de adjudicação, (25/07/2008) - Precedentes do STJ - Ação anulatória ajuizada em 11/07/2014 - Sentença mantida - Recurso improvido.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

No presente recurso especial o recorrente alega, em resumo, a existência de vícios processuais a implicar na nulidade da execução, bem assim no afastamento da decadência diante da ausência de adjudicação, alegando que não foi depositado em sua conta o valor referente à diferença de preço a maior na avaliação do bem.

Apontou ofensa ao parágrafo único do art. 24 da Lei 6.830/1980, e arts. 876 e 877, ambos do CPC/2015, afirmando, *in verbis*:

Incorreu-se em manifesta e indubitosa ofensa ao § Único do Art. 24 da LEF e do Art. § 4º. I e II, do Art. 876 e 877, ambos do CPC, relevando toda a conduta temerosa e de má-fé da recorrida, quando silenciou-se para auferir benefício gritantemente ilegal e imoral, ferindo os princípios basilares do "caput" do Art. 37 da Constituição Federal.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

Após *decisum* que inadmitiu o recurso especial foi interposto o presente agravo, tendo o recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Ao analisar a questão de depósito previsto no parágrafo único do art. 24 da LEF, o Tribunal a quo consignou, *in verbis*:

Senão por isso, quanto à ausência de arrematação, consoante o Edital de intimação fis. 208, a adjudicação in casu foi realizada nos termos do art. 24, inciso I, da LEF.

Ademais, quanto ao depósito previsto no parágrafo único do art. 24 da LEF, não há comprovação estreme de dúvidas de que o valor da avaliação é superior aos débitos que a embargante possui com a Municipalidade de Mogi das Cruzes, que, inclusive, alega exatamente o contrário, ressaltando o apensamento de outras execuções fiscais no curso da ação em que houve a adjudicação.

Nesse panorama, para analisar os dispositivos apontados como malferidos, da forma pretendida pelo recorrente, seria necessário reexaminar os mesmos elementos fáticos apreciados pelo Tribunal a quo, o que é vedado no âmbito do recurso especial, conforme o verbete sumular 7/STJ.

Sobre as aludidas nulidades e a necessidade de seu conhecimento de ofício, verifica-se que mesmo as nulidades que poderiam ser reconhecidas de ofício, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, precisam ter sido examinadas pelo Tribunal a quo, visando o prequestionamento do tema, sendo impositivo a indicação do dispositivo legal vinculada à referida nulidade e o exame do tema.

Na hipótese dos autos, não sendo apontada a violação relacionada à alegada nulidade e não havendo o exame da questão suscitada se tem de rigor a incidência das súmulas 282 e 284, ambas do Supremo Tribunal Federal.

Quanto à alegada divergência jurisprudencial, verifico que a incidência do óbice sumular n. 7/STJ impede o exame do dissídio, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados.

Nesse sentido, destaco:

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. HEPATITE C. INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL. AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SÚMULA 7/STJ.

1. O Tribunal a quo, procedendo com amparo nos elementos de convicção dos autos, entendeu que não há nexo causal entre a conduta dos

Superior Tribunal de Justiça

agentes públicos e os danos sofridos pelos ora agravantes, e que estes não trouxeram provas para corroborar o que alegou.

2. Não é cabível em Recurso Especial o exame de questões que demandam o revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, em vista do óbice da Súmula 7 do STJ.

3. A incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem.

4. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp n. 1.612.647/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 16/2/2017, DJe 7/3/2017.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO RESCISÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA AUTORA.

1. A reforma do acórdão recorrido, no sentido de se entender pela falsidade da prova pericial, da existência de documento novo e da ocorrência de erro de fato, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, prática vedada pela Súmula 7/STJ.

2. A incidência da Súmula 7 do STJ impede o exame do dissídio, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 638.513/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 9/3/2017, DJe 15/3/2017.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator